

**A REALIDADE DOS/AS JOVENS DO ASSENTAMENTO EGÍDIO
BRUNETTO/MST/MT PARA TEREM ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR**

**The reality of the young people of the settlement Egídio Brunetto /MST/MT to have
access to school education**

Flávia Cristina Dias Lopes de Sousa¹

Ronaldo Eustáquio Feitosa Senra²

Heitor Queiroz Medeiros³

Resumo

Esta pesquisa versa sobre a juventude do assentamento Egídio Brunetto/MST/MT e teve como objetivo compreender como ocorre o processo educativo dos (as) jovens assentados e os problemas por eles enfrentados para terem acesso aos conhecimentos ofertados pela escola. Surge da necessidade de dar visibilidade para esse público para que possam ter suas necessidades e direitos atendidos. Buscamos fazer uma abordagem sobre a importância dos movimentos sociais na constituição de escolas do campo em vista a garantia da aprendizagem, direito constitucional. A metodologia utilizada ocorreu por meio do estudo de caso, que apresenta procedimentos importantes para coleta de dados cujas informações essenciais para a pesquisa são fornecidas pelos sujeitos envolvidos. A pesquisa tem como suporte teórico autores como: Benjamim e Caldart (2000), Cabral (2014), Senra (2014), Souza (2016). Como resultado, pode-se perceber que existem muitas dificuldades envolvidas no que concerne ao percurso até as escolas e que são rotineiramente enfrentadas pelos/as jovens do assentamento, principalmente em épocas de chuvas sendo que os empecilhos mais frequentes estão relacionados a quebra do ônibus, quedas de pontes que impedem o trânsito dos veículos e até mesmo impossibilitando a chegada dos/as educandos/as às unidades escolares.

Palavras-chave: Juventude assentada; Direito a aprendizagem; Movimentos Sociais.

Abstract

This research deals with the youth of the Egídio Brunetto settlement / MST / MT and aimed to understand how the educational process of the settled youths and the problems they face to access the knowledge offered by the school occurs. It arises from the need to give visibility to this public so that they can have their needs and rights met. We seek to approach the importance of social movements in the establishment of rural schools in order to guarantee learning, a constitutional right. The methodology used occurred through the case study, which presents important procedures for data collection whose essential information for the research is provided by the subjects involved. The theoretical support of the research is authors such as: Benjamim and Caldart (2000), Cabral (2014), Senra (2014), Souza (2016). As a result, it can be seen that there are many difficulties involved with regard to the journey to

1 Graduada em Licenciatura em Ciências da Natureza/IFMT. Graduada em Agronomia/Faculdade Eduvale. Mestre em Ensino pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – Umei Zulmira Barbieri Oliveira (Prefeitura Municipal de Jaciara). E-mail: flaviacris_dias@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0354-2513>

2 Doutor Em Educação pelo Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor IFMT /VGD/PPGen. Líder do Grupo de Estudos em Educação Ambiental e Educação Campesina – GEAC. E-mail: bolinhasenra@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0801-1970>

3 Doutor em Ciências - Ecologia e Recursos Naturais, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente PPGE/UCDB. Contato: heitor.medeiros@ucdb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5313-1811>

schools and that are routinely faced by the young people of the settlement, especially in times of rain, the most frequent obstacles being related to the break of the bus, falls from bridges that impede the traffic of vehicles and even making it impossible for students to arrive at school units.

Keywords: Settled youth; Right to learning; Social movements.

Introdução

A busca pelo conhecimento é uma característica intrínseca da humanidade, construída e aprimorada ao longo do tempo e influenciada pela necessidade de adaptação, relações sociais e mecanismos para manutenção da qualidade de vida. Assim, os conhecimentos eram compartilhados entre os membros dos grupos e famílias, conduzindo-os até as gerações seguintes.

A construção do conhecimento perpassa por todas as esferas individuais e coletivas, permitindo que os indivíduos e a sociedade tenham a possibilidade de evoluir, interagindo e modificando o meio em que vivem e se adaptando nas diferentes situações a que são e serão submetidos por toda a sua existência. Pode-se inferir que o conhecimento é, portanto, uma construção social que possibilita o desenvolvimento de habilidades essenciais para a sobrevivência.

Partindo deste princípio entendemos que o processo educativo pode acontecer em diferentes cenários como os espaços escolares, familiares, espaços sociais e movimentos do campo ou da cidade. Entretanto, uma parcela de jovens estudantes que residem no campo encontra dificuldades para terem acesso à educação escolar o que se deve à ausência e ao fechamento de escolas do campo já existentes.

Com o fechamento de escolas do campo e as longas distâncias percorridas pelos (as) jovens assentados (as) até as escolas urbanas torna-se necessário dar visibilidade para esse público para que possam ter suas necessidades atendidas. Assim, buscamos fazer uma abordagem sobre a importância dos movimentos sociais para a constituição de escolas do campo e para o campo visando garantir o acesso à educação escolar pela juventude assentada e ouvir dos próprios jovens as dificuldades que enfrentam diariamente.

Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo compreender como ocorre o processo educativo dos (as) jovens assentados e os problemas por eles enfrentados para terem acesso aos conhecimentos ofertados pela escola. A metodologia utilizada ocorreu por meio do estudo de caso e tem como singularidade a obtenção de um retrato atual da juventude local.

Sujeitos de direitos e permanência no campo

A realidade social dos jovens do campo é repleta de multiplicidades de sentidos, sendo suas vidas fortemente marcadas pelas suas relações sociais sejam com a família, com a comunidade e os movimentos sociais aos quais pertencem. As relações que se tramam no cotidiano não deixam de estar interligadas com as tradições vivenciadas pelas famílias, das marcas que se estabelecem pelas lutas que se fizeram históricas e que, portanto, também fazem parte da vida de cada um. Cabral (2014) menciona que são todas essas relações que se estabelecem com o mundo que os cercam, relações com o campo, com a terra, com a natureza, que confere aos/as camponeses/as a singularidade do ser camponês/a, enfatizando que para se compreender o camponês não se pode separá-lo de sua historicidade.

Encontros de sonhos e objetivos que foram sendo desenhados e construídos pelas vivências a partir da realidade que se faz presente (CARNEIRO, 2007), tais anseios são constituídos tratando-se essencialmente dos espaços de vida que se estabelecem e dão sentido às experiências dos jovens do campo e conseqüentemente, sua inserção na sociedade.

A juventude que reside no campo carece de um olhar que contemple as suas especificidades. Os conhecimentos vivenciados por eles são únicos e por vezes ignorados, principalmente quando são inseridos nas escolas urbanas, conforme falaremos posteriormente. Não há como ignorar seus saberes que foram construídos no dia a dia com a interação social entre seus pares e sendo moldados pelas características individuais.

As suas experiências são dotadas de riquezas e segundo Konder (2008, p. 45) “a experiência nos ensina que em todos os objetos com os quais lidamos existe uma dimensão imediata (que nós percebemos imediatamente) e existe uma dimensão mediata (que a gente vai descobrindo, construindo ou reconstruindo aos poucos)”, o que permite dizer, portanto, que mesmo quando estão a realizar a tarefa mais simples do cotidiano, estas lhes permitem muitos aprendizados enriquecendo seus saberes e compreensões de mundo.

Esta forma de ler e aprender com o mundo e com os seus pares se constitui em um campo de estudo da fenomenologia. Conforme Senra (2014, p. 86), a fenomenologia busca ir ao encontro das relações “com os processos educativos e do mundo ao nosso redor tornando-se assim um aprender significativo e emancipatório”. Aprender este que fortalece o sentimento de pertença e, conseqüentemente, o desejo de permanecer no campo favorecendo o engajamento

em lutas bem como a inserção em movimentos sociais, a exemplo do MST, com o intuito de fortalecer as reivindicações necessárias para melhoria do meio em que vivem.

Dentre essas reivindicações, faz-se presente a de incorporação de políticas públicas aos assentamentos, políticas que estimulem a permanência dos/as jovens no campo, que visem a sua formação integral enquanto ser social e intelectual garantindo suas prerrogativas de Camponeses/as. Souza (2016) menciona que a falta de incentivos para a permanência no campo contribui para a evasão da juventude que em busca de realizar os sonhos que teceram, esbarram-se no dilema de permanecer no campo ou de irem para as cidades em busca de torná-los possíveis, seduzidos pela ideia de que nas cidades as oportunidades lhes serão melhores.

Essa dicotomia muitas vezes dificulta a permanência dos/as jovens no campo, entretanto, existe uma demanda de lutas específicas no que concerne a permanência no campo e, além disso, eles, os/as jovens, “são parte da família que trabalha no campo [...] sendo que, eles são os verdadeiros herdeiros do trabalho na terra, aqueles que permanecerão nela sucedendo seus pais” (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2014, p. 143).

Outro motivo que leva a saída dos jovens do campo é a busca pela formação escolar. Essa rotina começa ainda na infância e se estende até a conclusão do ensino superior (SOUZA, 2016). Sendo assim, faz-se necessário que os/as Camponeses/as aliados/as aos movimentos sociais se unam para que ocorra a constituição de “um movimento consciente de construção das escolas do campo como escolas que ajudem no processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos do seu próprio destino, de sua própria história” (BENJAMIM; CALDART 2000, p. 80), pois a presença de uma escola no campo, pensada para os/as Camponeses/as, abre possibilidades da permanência da juventude e, para além da permanência, as possibilidades de descobertas e aprendizados sobre a constituição de suas realidades com base em lutas históricas de valorização de seus saberes, da sua forma de trabalho, de viver e gerir as atividades que desenvolvem no campo.

A não oferta de uma educação de qualidade para a juventude do campo, que contemple e privilegie os seus saberes, tende a se tornar uma educação de exclusão e não de inclusão. Serem forçados a saírem de suas realidades rumo a uma imersão de anos em uma realidade que por vezes não contempla os seus saberes, mas que os fazem passar despercebidos. As experiências que são oferecidas aos jovens em uma escola que não contemple e valorize as suas realidades – escola urbana – perdem o sentido quando não os envolvem em sua plenitude. Neste

sentido, Arroyo e Fernandes (1999) ressaltam a importância da construção do conhecimento sendo alinhado ao cotidiano.

Os processos educativos passam pelo conjunto de experiências, de vivências que o ser humano tem ao longo de sua vida. E a experiência que nos marca a todos é a experiência do trabalho, da produção, o ato produtivo que nos produz como pessoas. O ser humano não produz apenas alimentos, roupas, ele se produz na medida em que produz (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 21).

É por pensar a educação em suas diferentes formas que surge o anseio por uma escola organizada para os/as educandos/as que residem no campo, onde a informalidade do aprender se relaciona com os saberes direcionados e pensados a uma finalidade específica. A superação das desigualdades no âmbito educacional ainda é uma luta árdua aos moradores do campo, a garantia de uma educação que assegure permanência dos/as jovens no campo ainda é uma conquista a ser alcançada e diante do cenário atual, a longo prazo (SOUZA, 2016).

Ainda segundo o autor, as políticas públicas existentes “geralmente estão preocupadas com a superpopulação urbana que é causada em boa parte pelo êxodo rural e não, efetivamente preocupadas, com a qualidade de vida das populações rurais” (SOUZA, 2016, p. 72). Desta forma, a juventude inserida no campo possui grande importância, pois somam forças para aprovação e concretização de políticas públicas que favoreçam seus interesses. É por meio dessa inserção nas lutas que a juventude vai então construindo sua identidade, mostrando sua força e se estabelecendo como seres que desejam por ações transformadoras da realidade em que se encontram.

São as observações e as experiências reflexivas que moldam a identidade dos sujeitos, sendo que estes processos ocorrem também no meio social em que vivem, logo, o engajamento desses/as jovens nas lutas contribuem para que de fato, tenham suas identidades firmadas, e mais que isso desenvolva uma postura crítica e questionadora (VIANA, 2009).

Importante ressaltar que o percentual de jovens no campo ainda está baixo. A população do campo em relação a jovens abaixo de 30 anos é composta por menos de 5,5% sendo que a maior concentração referente a idade está entre 30 e 60 anos representando um total de 74% (BRASIL, 2017). Com base nesses dados, é possível perceber que a busca por medidas que viabilizem a permanência desses/as jovens no campo se faz necessário e a oferta de uma educação de qualidade é uma forma de estimular a resistência às lutas pela preservação de sua identidade e o fortalecimento do campesinato.

Para frequentarem a Rede Básica de Ensino é possível contar com escolas e transportes ainda que em condições deficitárias. Entretanto, para os jovens do campo que desejam dar continuidade a sua formação educacional as dificuldades são ainda maiores. Souza (2016) diz que os mais beneficiados com os programas de incentivos a juventude ainda são os jovens urbanos, logo, a juventude Camponesa ainda tem muito pelo que lutar e avançar rumo a oportunidades igualitárias.

Os jovens participam de programas de qualificação, entretanto, necessitam de recursos financeiros para investirem na produção em suas propriedades, adquirirem insumos básicos e recursos para lidarem com possíveis alterações climáticas como veranicos muito longos, o que necessitaria, por exemplo, de recursos para irrigação (SOUZA, 2016).

A ausência de renda está entre os fatores que tem desmotivado a permanência dos/as jovens no campo. As atividades que as famílias desenvolvem na maioria das vezes são suficientes para a subsistência, entretanto, “a maior dificuldade para se produzir (e viver exclusivamente do sítio) é a falta de recursos e investimentos públicos para o setor” (SENRA; MEDEIROS, 2018), que tem se constituído em um fator limitante de aumento da produção o que diminui as perspectivas de aumento de renda.

A opção mais recorrente é buscar emprego nas propriedades maiores que os circunvizinhos ou ir para as cidades em busca de novas oportunidades. É justo elencar que várias podem ser as razões que levam os/as jovens ao êxodo do campo, inclusive a não identificação com o mesmo, as promessas promissoras da urbanização, possibilidades de ascensão nos aspectos profissionais e pessoais, entre outros. “A realidade deve ser analisada nos seus diversos aspectos contraditórios, onde as aparências não sejam o fim, mas o começo do caminho para a essência dos fenômenos, para esclarecermos todas as dimensões do fenômeno” (OLIVEIRA; RABELLO; FELICIANO, 2016, p. 2010).

Santos (2009) salienta que as causas de evasão dos/as jovens do campo são inúmeras e várias podem ser listadas com maior frequência como a ausência de empregos, carência de auxílio financeiro para suas famílias e formação acadêmica. Muitos/as jovens vislumbram na cidade a “possibilidade de ganhar mais dinheiro e ter uma vida melhor”, pois, “Sobreviver apenas da agricultura familiar e levar a vida sofrida dos pais é uma grande preocupação dos jovens assentados” (SANTOS, 2009, p. 85-86).

Menezes, Stropasolas e Barcelos (2014) ressaltam que é preciso o fortalecimento do campo, o êxodo dos/as jovens tem crescido gradativamente sendo motivado tanto pelo modelo

de desenvolvimento em curso, como também pela ausência do olhar do Estado como indutor e promotor das políticas para este segmento migrante. Para os autores “há uma perspectiva de migração juvenil de 81 mil jovens por ano para os próximos anos” (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELOS, 2014, p. 48), apesar dos investimentos e programas que tem se estabelecido nesse setor.

Oliveira, Rabello e Feliciano (2016) ao realizarem um estudo cuja finalidade era descobrir as principais causas que levavam os/as jovens a deixarem seus respectivos lares no campo e migrarem para os centros urbanos, foi possível observar que, à medida que os/as jovens iam tecendo sonhos e objetivos passavam a encarar os centros urbanos como os locais mais imediatos de suas realizações, a cidade se torna então, nesse contexto, como a “aparente saída” mais viável do campo.

A realidade vislumbrada, porém, pode ser destoante da realidade que os esperam, o que poderia ocasionar em frustrações e segregações. A falsa ideia de que é somente na da cidade que se é possível alçar grandes voos é um paradigma a ser rompido pelos/as jovens, a desqualificação associada ao/a Camponês/a, ao/a trabalhador/a rural, aos/as moradores/as do campo que dão a estes povos uma imagem de atraso precisa ser rompida (CARNEIRO, 2007).

Há muito que ser superado no que concerne aos povos Camponeses, especialmente à permanência da juventude no campo. A saída em busca de empregos aliados ao desejo de realização pessoal que estes carregam consigo, torna-se porta de entrada para que o êxodo dos jovens seja cada vez mais recorrente.

Diante da ausência de emprego, explicita-se a importância de superar essa deficiência e se atentar para a juventude que faz parte da agricultura Camponesa, e também para “os jovens assalariados sazonais, que saem das suas terras e ficam até nove meses trabalhando fora, os quais não possuem suporte de políticas públicas nem no seu local de origem, nem no local onde trabalham” (MENEZES; STROPASOLAS; BARCELOS, 2014, p. 48), ficando muitas vezes a mercê da própria sorte e sem as mínimas condições de subsistência.

A busca por se realizar enquanto indivíduo no momento de transição entre adolescência e juventude torna-se cada vez mais fluente e o tempo para os/as jovens, passa por deveras depressa não havendo no próprio tempo o tempo para espera de situações favoráveis. Aliado a esse tempo que já caminha depressa demais, se faz presente a influência das mídias imediatistas onde o momento para reflexão se torna cada vez mais escasso e as tomadas de decisões são realizadas a luz do desespero. E são justamente pela ausência do pensar criticamente que

muitos/as jovens se veem extasiados pela vida nos grandes centros urbanos, neste momento de suas vidas a “definição de tempo torna-se uma questão social, um campo cultural e conflitivo no qual está em jogo o próprio significado da experiência temporal” (BRASIL, 2007, p. 34)

Os dilemas vividos pelos/as jovens são diversos, as dúvidas sobre ir ou ficar, a decisão de qual o momento certo para agir frente a determinadas situações, como avançar sem perder o elo com aquilo que o constituiu além das incertezas daquilo que poderão encontrar pelo caminho. Esses dilemas fazem com que o público jovem, aliado as suas condições e influências culturais e biológicas, torne-se o grupo mais exposto, mais visível para a sociedade, e por que não dizer, o grupo mais vulnerável, dada a sua trajetória histórico-social. É neste momento de transição entre adolescência e vida adulta, “que se começa a enfrentar o tempo como uma dimensão significativa e contraditória da identidade. A adolescência, na qual a infância é deixada para trás e os primeiros passos são dados em direção à fase adulta, inaugura a juventude e constitui sua fase inicial” (BRASIL, 2007, p. 34).

A adolescência abre para um momento de grande importância para a vida dos/as jovens do campo, nesse momento de transição, os/as jovens passam a perceber uma gama de possibilidades antes não perceptíveis onde os limites abrem precedentes para as oportunidades,

A adolescência é a idade em que a orientação para o futuro prevalece e o futuro é percebido como apresentando maior número de possibilidades. Uma perspectiva temporal aberta corresponde a uma forte orientação para a auto realização, resistência contra qualquer determinação externa dos projetos de vida e desejo de uma certa variabilidade e reversibilidade de escolha. Em comparação com o passado, a tendência aponta no sentido de uma redução dos limites da memória e de se considerar o passado como fator limitativo, acima de tudo (BRASIL, 2007, p. 35).

Dado esse momento de euforia que a transição adolescência-juventude estabelece, a importância da inclusão destes/as jovens em programas que promovam a sua valorização em relação à vida no campo se faz importante. A compreensão da riqueza da vida no campo não pode passar despercebida aos seus olhos. Esses/as jovens precisam tomar posse do sentido da terra e de sua importância para com a terra, compreender que o futuro do campesinato está em suas mãos, que a juventude de hoje serão os responsáveis pelo futuro do campo e de todas as riquezas que do campo chegam até as cidades. Compreender que não há cidade que se sustente sem as comunidades Camponesas torna-se uma importante ferramenta para que a juventude olhe para o campo com outros olhares e se reconheçam como sujeitos Camponeses.

Os movimentos sociais e a constituição de escolas do campo: possibilidades de garantia para a permanência dos jovens no campo

As lutas pelas famílias Camponesas por políticas públicas que assegurem a educação no campo e do campo é constante. Benjamin e Caldart (2000) exemplificam que ao fazer referências a escola do campo o “Do” refere-se ao povo, a uma educação que contemple seus saberes, sua cultura, seus costumes, suas necessidades individuais e sociais. Para eles “No”, entretanto, faz referência ao local em que o processo acontece. Ou seja, a educação no campo é aquela que acontece, ou deveria acontecer, no local em que os/as moradores vivem, em que o currículo e o projeto político pedagógico da escola contemplem a realidade dos/as educandos/as ao qual se destinam.

Embora muitas comunidades rurais ainda não possuam uma escola para atender os/as educandos/as com conteúdo pensado para o seu cotidiano, suas vivências e experiências, a educação do campo já acontece, seja com os movimentos sociais, suas lutas, suas ações por buscas e melhorias para os trabalhadores rurais, seja no coletivo, com troca de experiências nas vivências em grupo onde o ensinar e aprender é constante (ARROYO; FERNANDES, 1999; BRANDÃO, 2006). A falta de uma escola no campo faz com que os/as educandos/as tenham que se deslocar a cidade para darem continuidade aos seus estudos e não perderem o ano letivo, o que poderia ocasionar em defasagem na aprendizagem. Entretanto, nesse processo eles se deparam com diversas dificuldades, como transporte dependente de vias com acesso prejudicadas.

O Censo Escolar da Educação Básica (2016) aponta que das escolas presentes no campo as áreas de assentamento são as que possuem maiores quantidades de unidades educacionais chegando a um total de 4,5 mil escolas nessas localidades, além disso 2,4 mil unidades estão localizadas em áreas remanescentes de quilombos e 3,1 mil em terras indígenas. Entretanto, as escolas rurais que resistem em permanecer encontram-se em situações deficitárias como falta de energia elétrica, deficiência nos esgotos sanitários e em abastecimento de água (BRASIL, 2017). Esses dados demonstram que não basta somente a implantação de escolas no campo, faz-se necessário que estas tenham suporte e condições que viabilizem a permanência dos/as educandos/as favorecendo a aprendizagem.

Outro fator também presente nesse processo educativo é a ausência de um currículo escolar pensado para atender as especificidades dos/as educandos/as do campo pois, na maioria das vezes, são direcionados às escolas das cidades que fazem uso do currículo pensado para

aquele contexto. Arroyo e Fernandes (1999) demonstram várias preocupações quanto ao currículo urbano no que concerne também para formação dos/as educandos/as do campo, eles então fazem a seguinte indagação “como vincular o cotidiano da escola, a prática escolar com essas matrizes culturais e essa dinâmica do campo?” (ARROYO; FERNANDES, 1999, p.23), complementa demonstrando preocupação com adaptações cuja finalidade é incorporar estes/as educandos/as ao contexto escolar urbano.

A luta em favor de uma educação igualitária para os/as jovens do campo ainda é longa, sendo necessários esforços e empenhos tanto dos moradores e trabalhadores, quanto das políticas que, segundo Benjamim e Caldart (2000, p. 08) “ajudem no processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história”.

Educação igualitária é aquela em que além de possibilitar o acesso aos conhecimentos científicos para todos, também contemple os diferentes saberes dos/as educandos/as ao qual se destinam. Um/a educando/a da cidade merece ter uma escola com um currículo organizado de forma a contemplar os seus saberes e prepará-lo para ser um indivíduo autônomo levando-o a tomadas de decisões baseada em seus conhecimentos e autonomia no meio em que vive. O mesmo deve ocorrer com os/as educandos/as do campo.

Uma escola urbana que não possui um currículo flexível de modo a receber esses/as educandos/as tende a fomentar as desigualdades: desigualdades de saberes, de conhecimentos, de formas de aprendizagem, desconsiderando os conhecimentos trazidos com eles, adquiridos no seu dia a dia, nas atividades que desenvolvem, nos diálogos que se tramam no convívio com os seus pares.

O Censo Escolar da Educação Básica 2016, aponta que a zona rural conta com 33,9% das escolas brasileiras sendo que 7,2% dessas escolas estavam em funcionamento com a presença de um único docente (BRASIL, 2017), quantidade insuficiente para atender a demanda de alunos/as do campo. Entretanto, se faz necessário uma análise minuciosa sobre essas escolas, as concepções expressas em seus currículos, intencionalidades e significações, o público atendido, entre outras informações.

Outra situação preocupante no que concerne as possibilidades de educação para os povos do campo são os fechamentos de escolas. Utilizando-se de diversas justificativas como baixo índice de educandos/as matriculados/as, custos onerosos para manutenção destas escolas, e que os direcionando para outras escolas, poderiam ser ofertadas melhores qualidades de

ensino (PEREGRINO, 2018), as escolas são fechadas e os/as educandos/as são direcionados para escolas próximas rurais ou não.

Entretanto, essas justificativas nem sempre são verdadeiras, pois as transferências de educandos/as para outras escolas acarretam em superlotação das salas diminuindo a qualidade de ensino, não por falta da capacitação do professor, mas devido às dificuldades em atender a todos de acordo com suas especificidades. Além disso, esses/as educandos/as também se deparam com outras dificuldades como a necessidade de utilização de transporte e estradas muitas vezes deficitárias para irem à escola (SANTOS, 2017).

O MST reconhece a importância de escolas e da oferta de estudos para os moradores rurais sejam eles assentados ou ainda em processo de acampamento e em seus objetivos ressaltam a importância de combates as discriminações sociais e da busca por igualdade de participações entre os envolvidos sejam eles homens, mulheres, dos/as mais jovens aos/as mais idosos/as. Além disso, incentivam a busca permanente por justiça social e igualdade culturais e sociais, políticos e econômicos (MST, 2016, p. 12).

As experiências educativas dos/as Camponeses/as não são recentes. Segundo Senra et al. (2017), essa marcha acontece desde os anos de 1960, entretanto, os movimentos Camponeses não se utilizavam do termo Educação do Campo propriamente, sendo que as práticas desenvolvidas dentro dos movimentos estavam repletas de sentidos voltados a Educação Popular. Desta forma, “o movimento Por uma Educação Básica do Campo marca conceitualmente esse termo que surge principalmente das experiências dos povos do campo, principalmente das experiências educativas do MST desde a década de 1980” (SENRA et al., 2017, p. 607).

Benjamin e Caldart (2000, p. 28) mencionam que “as primeiras a se mobilizar, lá no início da década de 80, foram as mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do movimento, aos poucos as crianças vão tomando também lugar”, reafirmando os princípios do MST de que a luta é para todos e por todos, visando garantir o acesso à terra e a educação de forma justa e a serviço de toda a sociedade.

Os movimentos sociais do campo com as organizações populares voltadas a este setor tiveram um crescente aumento a partir da década de 80. Os movimentos sociais do campo contribuem para que a realidade dos/as camponeses/as seja vista, seja ouvida, exercendo papéis importantes com significativas contribuições para que as transformações aconteçam. Segundo Gohn,

Na atualidade, os principais movimentos no campo são: o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra, a Via Campesina (seção Brasil), o MAB – Movimento dos Atingidos pelas Barragens, o MMC – Movimento das Mulheres Camponesas, o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores [...]. Dentre os inúmeros movimentos de sem-terra criados, o mais expressivo é o MST. (GOHN, 2010, p. 143).

Visando o reconhecimento de seus saberes e implantações de políticas públicas que favoreçam os/as Camponeses/as, movimentos como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, encontram-se atuantes nessa causa. Ainda é preciso muita luta para que as leis que estabelecem os direitos de todos e de forma igualitária efetivamente aconteçam para que a sociedade deixe de ser apenas meros cumpridores de regras já estabelecidas passando a ter vez e voz representativa. (BRANDÃO, 2006)

Importante para a compreensão da formação dos/as jovens do campo é entender como esse processo educativo acontece. Não há escolas em todas as comunidades Camponesas, por isso, a busca pela implantação dessas unidades que facilitem o ingresso e permanência dos/as jovens educandos/as à educação é necessária, sendo que os maiores atuantes na luta pela implantação de escolas voltadas para o atendimento da juventude do campo são os movimentos sociais do campo, a exemplo do MST.

Os movimentos sociais do campo que atuam em conjunto com as comunidades Camponesas estão constantemente na busca pela implantação de escolas com o intuito de oferecer aos/as educandos/as do campo uma forma ensino que contemple seus saberes sem que percam o vínculo que possuem com a terra.

Entre os principais movimentos do campo, merece destaque o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que ao longo dos anos tem ganhado muitos adeptos. Trata-se de pessoas que não satisfeitas com a organização atual do sistema agrário decidiram que somente por lutas é possível uma mudança de cenário que também beneficie as minorias. Segundo Caldart (2001, p.1), o papel do MST é o de “lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores”, onde todos possam se beneficiar de uma distribuição igualitária que possibilite a melhoria da qualidade de vida.

Além de estar engajado na luta pela reforma agrária, o MST também tem se preocupado com a formação dos/as Camponeses/as sendo responsável pela constituição de “uma vasta rede de escolas, na sua maioria públicas, que se localizam em áreas de influência do MST ou sob

sua coordenação. Existem em suas áreas (assentamentos e acampamentos) cerca de duas mil escolas” (VENDRAMINI; MACHADO, 2011, p. 43). Além disso, o MST tem constantemente procurado incluir a educação em sua agenda de trabalho possuindo um modelo educativo próprio para ser desenvolvido tanto nas escolas presentes nos assentamentos quanto nas escolas de formação de suas lideranças (GOHN, 2010).

Ainda segundo os autores supracitados, o MST tem se esforçado para garantir que os/as Camponeses/as tenham acesso à educação e aperfeiçoamento e para isso tem lutado pela implantação de escolas que vão desde a educação infantil, passando pela EJA – Educação de Jovens e adultos até as universidades. Há cerca de 300 mil pessoas que estudam nos espaços educativos ofertados pelo MST, sendo que na EJA o número de alunos está em torno de 10 mil. Vendramini e Machado (2011, p.44) salientam que o MST “trata-se de um movimento social do campo que tem investido boa parte de seus esforços nas questões educacionais e, mais precisamente, escolares”.

Dentro desse cenário a juventude tem o seu espaço. O MST reconhece a importância dos/as jovens nos assentamentos e acampamentos, a valorização do humano é o foco principal dentro de suas políticas de construção e o/a jovem tem um lugar importante dentro deste contexto. A formação na EJA tem sido constantemente aprimorada, a constituição de escolas de nível médio e centros de ensino superior tem garantido a permanência dos jovens no campo que gradualmente, vão construindo experiências próprias que possibilitam sua incorporação ao movimento.

À medida que as turmas vão se constituindo, educadores/as se envolvem no processo e desenvolvem práticas e teorias que dão novo sentido ao processo educativo estabelecido. Cursos de capacitações são constantemente ofertados aos jovens possibilitando enriquecimento de saberes através de experiências (ITERRA, 2007).

As propostas de reforma agrária do MST além de assentar-se em pilares como a democratização do acesso à terra, o desenvolvimento e ampliação de agroindústria locais, mudanças nos modelos tecnológicos agrícolas no Brasil, também se assentam nos pilares da educação em todos os níveis e não somente na alfabetização, ressaltando “principalmente o conhecimento tecnológico local, a formação dos jovens como técnicos, etc.” (GOHN, 2010, p. 147).

Desta forma, todas as propostas se alinham formando um sólido alicerce que visa não somente a formação, mas também o desenvolvimento de empregos voltados aos moradores do

campo. O desenvolvimento de agroindústrias locais, por exemplo, além de favorecer e incentivar a produção Camponesa viabiliza a inserção dos/as jovens recém-formados/as ou em formação no mercado de trabalho, possibilitando a redução da evasão da juventude Camponesa para os grandes centros urbanos em busca de se inserirem no mercado de trabalho. É valorização e incentivo em forma de emprego no campo.

A escola, segundo a proposta do MST é pensada para atender o educando na sua integralidade. Para o MST a escola não é lugar de aprendizagem apenas teórico, mas um lugar de estudo e trabalho, não um trabalho qualquer, simbólico, mas um trabalho socialmente útil, expressão das relações que cercam o educando. Esse trabalho realizado em consonância com a teoria não ocorre de forma fragmentado, mas em perfeita harmonia associando a teoria e a prática, a técnica e a ciência (VENDRAMINI; MACHADO, 2011). A formação que se busca para o ser humano é aquela integral, complexa e social e não somente cognitiva.

Caldart (2001) menciona que o amplo desenvolvimento do ser humano é uma preocupação dentro da pedagogia educativa do MST, pois visa que os sujeitos se tornem críticos e reflexivos diante de cada situação.

Sem isso, os novos sujeitos sociais não conseguirão se tornar sujeitos políticos, capazes de efetivamente fazer diferença no desenrolar da luta de classes, e na reconstrução de nosso projeto de humanidade. Não há como ser um sujeito político sem saber-se um sujeito social, e não há como saber-se um sujeito social, coletivo, sem compreender-se no processo histórico da luta e da formação de seus sujeitos (CALDART, 2001, p. 215).

O modelo de sociedade atual mudou, o modelo de juventude também. Com os jovens do campo essa transformação não é diferente. O que antes era considerado como transmissão básica de conhecimentos e regras passaram por redefinições. Os padrões de sociedade são outros, os modelos tradicionais de ensino também precisam ser superados visando a inclusão dessa diversidade emergente e não menos humana.

Nesse sentido de inclusão, junto aos movimentos sociais do campo emergem-se também os movimentos dos/as jovens que, não menos obstatos, conferem a este público uma identidade que transcende a parâmetros pré-estabelecidos englobando-se os fatores biológicos, sociais e temporais como a idade (GOHN, 2010). Uma expressão marcante entre o público jovem vem por meio da cultura, entre elas, a utilização da música.

Com esse dinamismo tão peculiar atribuído aos/as jovens o estar no campo também precisa ser dinâmico e envolvente desde a educação escolar que recebem aos afazeres que

desenvolvem no seu cotidiano. A juventude Camponesa tem brotado como um ator político e atuante no interior dos movimentos sociais do campo cujo efeito é a construção de suas novas identidades e novas relações com a terra. Atualmente, para além da imagem de jovem camponês isolado, os/as jovens se asseguram como pessoas que batalham pela terra e por seus interesses em conversação com os outros e com o mundo (LOPES; CARVALHO, 2017).

Nesse processo de construção de identidades e interação com seus pares nos espaços que residem os/as jovens vão construindo uma identificação característica dentro da perspectiva da apropriação do espaço, essa apropriação ocorre a partir da interação da pessoa com o lugar, carregando o ambiente de sentidos de forma que este passa a constituir-se em elemento representativo de sua identidade social e individual.

Dáí surge o sentimento de pertencer ao ambiente o que por consequência confere-lhe satisfação por viver nele. Ao se identificar com o lugar, o sujeito passa a desenvolver o sentimento de pertença a ele, ou seja, como se o lugar fizesse parte dele, de forma que a satisfação esteja presente por viver nele (SILVA; ALMEIDA; FERREIRA, 2011).

O elemento mais forte de identificação dos trabalhadores rurais é a terra, pois é nela que se produz, trabalha, vive e morre. Será a partir desse pertencimento que os indivíduos se enraízam, construindo sua identidade [...] esse local de pertencimento, simbolizando um lugar de identidade existencial, promove outros sentidos para a vida, como também novas organizações sociais e políticas, para além da história de deslocamentos dos sujeitos, devido à expropriação e exploração constante. (LOPES; CARVALHO, 2017, p. 6).

O sentimento de pertencer está intimamente relacionado a permanência do/a jovem no campo, pois, é a partir deste sentimento que o desejo de permanência se aprofunda e se solidifica. Se não há relação íntima com o ambiente no qual o indivíduo está inserido, a partida certamente será menos questionada podendo ocorrer com uma maior facilidade. Nesse sentido, a apropriação das experiências vivenciadas no meio social, mais precisamente no campo são mecanismos fundamentais que agem como mediadores da permanência do/a jovem no campo levando-os/as a serem agentes transformadores do ambiente em que se encontram.

Para Silva, Almeida e Ferreira (2011, p. 221), “A apropriação da cultura acontece de forma transformadora: o homem transforma as atividades externas ao seu organismo e as interações com o outro em atividades internas e intrapsicológicas”, o que significa dizer que as relações que se criam com o ambiente e com as pessoas que se fazem envolver estão intrinsecamente relacionadas a transformação pessoal do indivíduo. A relação com o campo e

com a cultura nele presente leva o indivíduo a se visualizar dentro desse ambiente colocando-se como sujeito que pertence e que, portanto, também é responsável por sua transformação.

O Acesso à Educação dos Jovens Assentados de Egídio Brunetto

Esta pesquisa tem como singularidade a obtenção de um retrato atual da juventude do assentamento Egídio Brunetto/MST/MT. Para sua realização, a metodologia utilizada ocorreu por meio do estudo de caso que apresenta procedimentos importantes para coleta de dados cujas informações essenciais para a pesquisa são fornecidas pelas pessoas envolvidas (GIL, 2008). Também possibilita conhecimentos detalhados sobre os sujeitos, além de permitir maior aproximação com o pesquisador. A utilização do estudo de caso é “maior em estudos exploratórios e descritivos, mas também pode ser importante para fornecer respostas relativas a causas de determinados fenômenos” (GIL, 2008, p. 138).

Os procedimentos utilizados para coleta de dados foram por meio de entrevistas semiestruturadas, anotações e gravações em áudios - buscando respeitar a opinião pessoal de cada sujeito que foram posteriormente transcritas para o melhor aproveitamento das informações.

Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 66) “a coleta de dados é a busca por informações para a elucidação do fenômeno ou fato que o pesquisador quer desvendar”, onde as informações são obtidas a partir do próprio sujeito. Neste sentido, a utilização da entrevista semiestruturada se constitui em uma importante ferramenta para a aquisição das informações necessárias capazes de responder e/ou direcionar as respostas por meio de questionamentos básicos da pesquisa e apoiados nas hipóteses, em vista ao enriquecimento de informações sobre o fenômeno estudado.

O assentamento Egídio Brunetto/MST/MT teve sua origem com um acampamento instalado próximo ao município de Dom Aquino/MT, às margens da rodovia estadual MT 344, sentido a cidade de Campo Verde, sendo denominado como acampamento Mutum (SOUZA, 2019). Seu início ocorreu por meio de um acampamento semiaberto. Após a conquista da terra, o assentamento foi estabelecido a 14 km da BR-364, entre os municípios de Juscimeira-MT e Jaciara-MT, centrada no sudeste mato-grossense, entre as duas principais cidades do Estado: 160 km da capital Cuiabá-MT e a 56,8 km de Rondonópolis-MT.

Para compor o público dos sujeitos de acordo com os critérios utilizados para esta pesquisa, foram convidados oito (8) jovens em um universo de vinte e sete (27) educandos/as

entre crianças e adultos. Nesta pesquisa, os sujeitos são compostos por sete (7) jovens do sexo masculino e uma (1) do sexo feminino aqui denominada Águia-cinzenta.

Os diálogos partindo de suas histórias de vida foram muito relevantes, pois possibilitou que os entrevistados se sentissem valorizados pelo interesse em conhecer as particularidades de cada um e não somente as informações que foram o enfoque principal da pesquisa. Conforme Minayo (1994, p. 55) “é fundamental consolidarmos uma relação de respeito efetivo pelas pessoas e pelas suas manifestações no interior da comunidade pesquisada”. Essa aproximação, pode favorecer uma melhor abertura dos entrevistados, pois, à medida que a entrevista acontece, sentem mais liberdade e facilidade em se abrirem com o pesquisador.

Durante as entrevistas, os pais e responsáveis estiveram presentes e também fizeram suas contribuições de forma espontânea, uma vez em que estavam presentes no local no momento da realização das entrevistas. Algumas dessas contribuições foram de grande importância e, também foram consideradas sendo utilizadas em complemento as respostas dos jovens, pois foram obtidas através de diálogos e colaboração dos envolvidos (MINAYO, 1994). Entretanto, as intervenções dos pais/responsáveis estão diretamente relacionadas a preocupações com os jovens em questões como educação, trabalho e permanência no campo.

Os municípios de Jaciara e Juscimeira não possuem escolas do campo e assim sendo, os alunos que residem em assentamentos precisam frequentar as escolas situadas na cidade. Esse não é o ideal de escola para os/as educandos/as camponeses pois, mesmo que existam escolas no campo elas precisam ser do campo, ou seja, contemplar as suas realidades e os saberes que possuem, principalmente no que concerne na relação dos educandos com a terra (ARROYO; BRADÃO, 1999).

Entretanto, os/as jovens do assentamento Egídio Brunetto/MST estão frequentando escolas localizadas no município de Juscimeira/MT. Trata-se de duas escolas distintas sendo uma mantida pelo governo estadual que oferta o ensino médio no período matutino e uma escola municipal que oferta do ensino fundamental ao médio na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Os veículos de transporte utilizados pelos/as educandos/as são disponibilizados pela prefeitura municipal de Juscimeira e varia de acordo com o período estudado. Para os alunos do período matutino trata-se de um ônibus e para os alunos do período noturno é fornecido pelo município uma Kombi o que se deve ao fato do número de alunos ser menor.

As escolas estão a uma distância de aproximadamente 20 km do assentamento. Distância relativamente curta para alunos que residem na zona rural, entretanto, o trajeto utilizado torna o percurso longo e cansativo o que se deve as estradas esburacadas em épocas chuvosas e demasiada poeira em épocas de secas.

Egídio Brunetto -
Albatroz-de-Tristão

“Quando chove o ônibus não vem. Hoje ele não veio porque ontem choveu. E se chover hoje novamente amanhã ele não vir. Sempre que chove muito o ônibus não passa e a gente perde muita aula por isso”

Por esse motivo, perder aula se tornou um acontecimento rotineiro para os/as educandos/as assentados/as. Os problemas mais comuns citados pelos/as jovens foram os problemas mecânicos ocorridos com os veículos e com as estradas, além de problemas relatados com a ponte.

Egídio Brunetto –
Flautim-Marrom

“Gastamos muito tempo pra chegar na escola. A chuva atrapalha muito porque sempre tem atoleiro, problema com a ponte”

Quando o veículo quebra durante o trajeto transportando os alunos, eles ficam aguardando, devendo muitas vezes, retornarem as suas casas. Durante a entrevista, a mãe de um dos jovens entrevistou e fez o seguinte relato demonstrando sua indignação pela ausência de responsabilidade da prefeitura para com seus filhos:

Egídio Brunetto - Pica-Pau-
Amarelo (mãe)

[...]certo dia, o ônibus passou normalmente para pegar os alunos e leva-los à escola. Mas a ponte tinha caído e eles ficaram lá e perderam a aula. Os pais que souberam foram buscar os filhos lá. Como não fiquei sabendo eles tiveram que vir andando no sol quente. Ninguém trouxe eles[...]⁴

No relato acima, a mãe expressa a ausência de cuidados com os/as educandos/as que foram deixados pelo caminho e cujos pais não foram comunicados. Cabe ressaltar que o acesso à educação, transporte e moradia estão amparados constitucionalmente, ainda assim, as dificuldades em realizar o percurso até a cidade são as mais diversas.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à

⁴ Relato espontâneo da mãe de um participante obtido durante a entrevista.

infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 2016, p. 18).

O transporte escolar rural foi criado com o intuito de viabilizar o trajeto dos/as educandos/as do campo até as escolas. Surgiu do entendimento de que “o oferecimento do ensino público gratuito, por si só, muitas vezes não é suficiente para garantir o acesso e a permanência do aluno na escola” (FNDE, 2009, p. 2). Entretanto, o que se pode observar são alunos que padecem com estradas comprometidas que inviabilizam o percurso dos veículos tanto para as escolas quanto para os sítios mais distantes.

Considerações finais

A proposta inicial deste artigo foi realizar uma abordagem sobre a importância dos movimentos sociais não somente para mediar a conquista da terra, mas também de viabilizar o acesso à educação para os/as moradores/as do campo por meio da constituição de escolas no campo e que atendam suas prioridades.

Entretanto, a implantação destas escolas nem sempre é possível fazendo com que os/as educandos/as do assentamento tenham que se deslocar para escolas localizadas na cidade, enfrentando dificuldades diárias e ao longo do ano para estudarem, mesmo se tratando de um direito constitucional.

A ausência de suporte do Estado, também presente nas falas dos assentados e perceptível nas vias de acesso que levam ao assentamento e aos sítios, explicitam a urgência para com os/as assentados/as de um olhar que contemple as suas necessidades básicas como transporte que está diretamente relacionado a educação dos/as jovens e sua permanência na escola.

Referências

ARROYO, M. G; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº. 2. Brasília, DF, 1999.

BENJAMIN, C; CALDART, R, S. **Por uma educação do campo: projeto popular e escolas do campo**. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. Coleção por uma educação básica do campo, nº. 3. Brasília, DF, 2000.

BRANDÃO, C.R.; O que é educação popular. **Coleção primeiros passos**. Editora: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações determinadas pelas Emendas

Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília- Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional da Juventude. **Juventude e Contemporaneidade**. Coleção Educação para Todos. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007. 284 p

CABRAL, C. A. **Da perda da consciência identitária camponesa à condição de situação de rua: uma leitura fenomenológica-ontológica merleau-pontyana**. 2014. 181 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

CALDART, R. S. O MST E A FORMAÇÃO DOS SEM TERRA: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, vol.15, no.43, São Paulo, set. /dez. 2001.

CARNEIRO, M. J. **O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Juventude Rural em Perspectiva. Rio de Janeiro. Brasil: NEAD. CIP- Brasil. Catalogação na fonte. Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2007. - Vol. 1 edição.

FNDE. **O Transporte Escolar Rural no Brasil**. FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <www.fnde.gov.br> acesso em 01/10/2019.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2. ed. 2010.

IBGE. Ministério da Agricultura: Censo Agro 2017. Resultados Preliminares. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE**. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf> acessado em: 05/08/2018

INEP. Ministério da Educação: Censo escolar da Educação Básica 2016. Notas estatísticas. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP**, Brasília-DF, fev. 2017.

ITERRA. **Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio - Sistematização da experiência da turma Olga Benário do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária**. 1ª ed. Veranópolis, 2007. N.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008. - Vol. 1. 28ª edição. Coleção Primeiros Passos: 23

LOPES, L. G. R; CARVALHO, D. B. Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra. **Revista Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 29, agosto, 2017.

MENEZES, M. A; STROPASOLAS, V. L; BARCELOS, S. B; Organizadores. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. 268 p.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis – RJ. Ed. Vozes, 2002. 21ª ed.

MST. **Normas Gerais e princípios organizativos do MST**. Secretaria Nacional do MST, 2016.

OLIVEIRA, L. B; RABELLO, D; FELICIANO, C, A. Entre o campo e a cidade – reflexões sobre o espaço da juventude camponesa. **Revista Pegada** – vol. 17 n.2. Dezembro/2016. Pág. 208-225.

OLIVEIRA, L. B; RABELLO, D; FELICIANO, C, A. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada** – vol. 15 n.1. Julho/2014. Pág.136-149.

PEREGRINO, T. **Movimentos lançam Campanha contra o Fechamento de Escolas do Campo**. MST. <http://www.mst.org.br/2018/07/20/lancamento-da-campanha-contra-o-fechamento-de-escolas-do-campo.html>. Acesso em 03/02/2020.

SANTOS, A. C. T; **Juventude rural e permanência no campo: um estudo de caso sobre juventude do Assentamento Rural Flor do Mucuri/SE**. 2009. 106 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SANTOS, C. B. R. O Processo de fechamento das escolas no campo na mesorregião do leste goiano: que crime é esse que continua?. **Repositorio UNB**, Brasília, 2017. 179 p. disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/24265>> acessado em 04/08/2018

SENRA, R. E. F. **Educação do campo no IFMT – Campus São Vicente: desafios da construção de uma educação dialógica**. 2014, 214 f. Tese (doutorado) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

SENRA, R. E. F; MEDEIROS, H. Q. **Educação Ambiental Campesina: Justiça Climática em territórios mato-grossenses**. IV Seminário Internacional Resclima e 2º encontro da Rede de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática – REAJA. Santiago de Compostela, Espanha, 26/27 de out. 2018.

SENRA, R. E. F; SATO, M. T; MELLO, G, J. CAMPOS, A, G, de. Juventudes, Educação do Campo e Formação Técnica: um estudo de caso no IFMT. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 605-626, abr./jun. 2017.

SILVA, M. C. S; ALMEIDA, C. M. C; FERREIRA, S. Apropriação cultural e medição pedagógica: contribuições de Vigotski na discussão do tema. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 219-228, abr./jun., 2011

SOUZA, B. L. **A reprodução social nos assentamentos de reforma agrária: os desafios e perspectivas dos jovens do assentamento reunidas em promessa/SP**. 2016, 119 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2016.

SOUZA, D. G. de. **O Que nos ensinam os camponeses sobre o clima: estudo sobre o MST e os camponeses do assentamento Egídio Brunetto**. 2019, 103 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-IFMT associado à Universidade de Cuiabá - UNIC - Campus Cuiabá, 2019.

VENDRAMINI, C. R; MACHADO, I. F. (ORG). **Escola e movimento social: a experiência em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 1ª ed. 216 p.

VIANA, N. Juventude e Identidade. **Revista de Estudos**, Goiânia, v. 36, n. 1/2, p. 145-154, jan. /fev. 2009. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/16510>